

Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: *conflictualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces*¹

José Sobreiro Filho

Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva provocar o debate referente às análises sobre movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no âmbito brasileiro e desde a Geografia. O diálogo com os instrumentais analíticos nos permite compreender melhor não somente os movimentos, mas, desde uma perspectiva geográfica, a imprescindibilidade de elaborar uma teoria geográfica. Nesse sentido, visando ir para além das demais ciências humanas e se atendo mais às discussões internacionais, apresentamos um conjunto de reflexões que compreendem exemplos de perspectivas e instrumentais teórico-analíticos de referenciais brasileiros e estrangeiros sobre: *conflictualidade, contentious politics, socio-spatial positionality, convergence space e terrains of resistance*.

Palavras-chaves: Movimentos socioespaciais; movimentos socioterritoriais; movimentos sociais; *contentious politics*; geografia.

Theoretical tools to analyze the socio-spatial movements: conflictuality, contentious politics: terrains of resistance, socio-spatial positionality and convergence spaces

Abstract

This article aims to provoke the debate regarding analysis of the social movements, socio-spatial movements and socio-territorial movements in Brazil and from Geography. The dialogue with the analytical tools does not allow us only understand better the socio-spatial movements, but, from a geographical perspective, an indispensability to elaborate a geographical theory. In this sense, in order to go beyond of the other human sciences and to get closer to international discussions, we present a set of reflections that compose examples of different perspectives and theoretical-analytical tools of Brazilian and foreign references: *conflictuality, contentious politics, socio-spatial positioning, Space of convergence and lands of resistance*.

Keywords: Socio-spatial movements; socioterritorial movements; social movements; *contentious politics*; geography.

Instrumentos teóricos para analizar los movimientos socio-espaciales y la perspectiva geográfica: *conflictualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality y convergence spaces*

Resumen

¹ Trabalho desenvolvido com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Este trabalho tiene como objetivo la discusión sobre el análisis de los movimientos sociales, los movimientos socio-espaciales y movimientos socio-territoriales en el contexto brasileño y de la geografía. El diálogo con los instrumentos de análisis nos permite comprender mejor no sólo los movimientos, pero desde un punto de vista geográfico, el carácter indispensable de desarrollar una teoría geográfica. En este sentido, el objetivo de ir más allá de otras ciencias humanas y participar en discusiones más internacionales, se presenta un conjunto de reflexiones que incluyen ejemplos de perspectivas e instrumentos teóricos y analíticos de las referencias nacionales y internacionales sobre: conflictualidad, *contentious politics*, *socio-spatial positionality*, *convergence space* y *terrains of resistance*.

Palabras clave: Movimientos socio-espaciales; movimientos socio-territoriales; movimientos sociales; *contentious politics*; geografía.

Introdução

Este artigo se trata de um exercício de diálogo entre a literatura de geógrafos brasileiros e ingleses com o objetivo de apresentar a diversidade de instrumentais teóricos produzidos pela Geografia para se analisar os movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e as outras formas de *contentious politics*. Este objetivo tem como pano de fundo contribuir para que a Geografia brasileira vá para além da tímida teorização, conforme destacaremos, e da expressiva ausência de uso de instrumentais teórico-analíticos de outras escolas, ou seja, ampliando a porosidade no que tange aos instrumentais teórico-metodológicos da própria Geografia.

A discussão sobre *contentious politics* é ainda muito pouco conhecida na Geografia brasileira e somada à discussão de conflitualidade nos permite compreender esta última, inclusive, para além das feições históricas relacionadas ao avanço das relações capitalistas, alcançando assim a noção de como os fenômenos – *contentious politics* - são amplos, proteioforme e não se restringem à feição dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Esta complementaridade nos permite se aproximar de uma leitura da conflitualidade para além do sentido restrito aos modelos de desenvolvimento territorial, pois compreende que outros atores, que caracterizam as *contentious politics*, também compreendem a conflitualidade e a mesma uma lógica de produção, consumo e transformação do espaço.

A discussão sobre produção do espaço² contribui para compreendermos o processo de formação dos movimentos socioespaciais, suas resistências, lutas e existências. No entanto, outras categorias, conceitos e instrumentais analíticos também nos permitem uma maior aproximação da compreensão das lutas, resistências e demais processualidades engendradas pelos movimentos, tais como Lugar e Território, *Terrains of Resistance*, *Contentious Politics* e as respectivas definições de Movimento Socioespacial e Movimento Socioterritorial. Seja como movimentos socioespaciais, movimentos

² Sobre Produção do espaço ver Lefebvre (2013).

socioterritoriais, movimentos sociais, ativismo, *contentious politics* etc., fato é que muitos geógrafos brasileiros negligenciaram o espaço em suas abordagens. Ao revisarmos uma parcela das produções sobre movimentos sociais no Brasil, constatamos que uma significativa porção sequer se utilizou de uma lógica geográfica, bem como em suas referências. Ademais, poucos se utilizaram de referências das demais Ciências Sociais de modo atento à multiplicidade de paradigmas e adequado no tocante às especificidades epistemológicas, expressando assim as fragilidades teórico-conceituais e operacionais de suas respectivas análises e discussões³. Assim, cremos que o principal produto destas fragilidades seja uma produção teórica debilitada e analiticamente desnorteada, pois muitos, além de não produzirem reflexões geográficas, sequer se aproveitaram das porosidades das Ciências Humanas, restringindo-se, portanto, à condição de relatos de confrontos políticos em determinadas localidades. Neste sentido, considerando que determinados objetos de análise e instrumentais analíticos são compartilhados pelas Ciências Humanas, é que remontamos brevemente às discussões mais complexas que compreendem diferentes abordagens. Destacamos que esta discussão é substancial para definir e justificar a importância do conceito de movimento socioespacial, a imprescindibilidade do olhar geográfico.

Reflexões geográficas a partir dos conceitos de conflitualidade e *contentious politics*: *socio-spatial positionality*, *convergence space* e *terrains of resistance*

Analisando a produção do(s) espaço(s) e dos territórios na contemporaneidade, chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção. Neste sentido, cremos que esses modelos alternativos se vinculam objetivamente a processos e fenômenos contra-hegemônicos que tem afirmado de modo cada vez mais intenso o(s) espaço(s) e territórios como vitais para as relações sociais. Diante de tal circunstância e da imprescindibilidade de avançar em termos da compreensão geográfica destes fenômenos e processos é que apostamos na complementaridade entre as propostas de conflitualidade e *contentious politics*, *socio-spatial positionality*, *convergence space* e *terrains of resistance*. Apesar de ambas as proposições apresentarem intersecções pontuais, cremos que há um caráter complementar, pois enquanto a ideia de conflitualidade trata-se da leitura de um processo/relação criada a partir das contradições estruturais do capitalismo e que se relacionam com a ação ao mesmo tempo que está voltada para um modelo de desenvolvimento alternativo, as *contentious politics* se atêm às ações contra-hegemônicas e

³ Sobre essa discussão ver em Sobreiro Filho (2016).

organizações para além dos movimentos sociais marcadas pelo ataque e desafio do sistema hegemônico com o fito de propor novas alternativas. Pode-se dizer que estas ideias se relacionam e se complementam objetivamente por permitir maior aprofundamento da análise baseada em processo e prática/ação/organização na produção do(s) espaço(s) e território(s). Assim, com a finalidade de tornar esse debate ainda mais fluído e fomentar a discussão, apresentamos primeiramente uma noção sobre conflitualidade seguida de *contentious politics* associada à *socio-spatial positionality*, *convergence spaces* e *terrains of resistance*.

Fernandes (2009) define a conflitualidade como um processo paradoxal produzido pelo capitalismo que gera constante territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diferentes relações sociais, temporalidades e espacialidades, sendo que suas feições ficam ainda mais nítidas nos modelos de desenvolvimento territorial. Ainda segundo o autor, a questão agrária gera continuamente a conflitualidade pela sua lógica baseada na destruição e recriação das relações sociais (campesinato e capitalismo). Assim, a conflitualidade é um processo de enfrentamento perene que destaca não somente quesitos práticos, mas também teóricos sobre o controle político e dos modelos de desenvolvimento que redesenham constantemente as feições do espaço. Analisando mais especificamente a questão agrária e o desenvolvimento territorial, Fernandes (2009) sugere o conceito de conflitualidade como importante instrumental para compreendermos a disputa gerada pelos modelos de desenvolvimento territorial e as contradições produzidas pela questão agrária.

Neste sentido, o autor apresenta algumas considerações elementares para se compreender o que se define por conflito e conflitualidade: 1) o conflito não prejudica o desenvolvimento ou significa atraso. Esta é uma visão limitada e, predominantemente, tem suas bases no desenvolvimento territorial capitalista. De um modo mais objetivo pode-se dizer que conflitualidade e desenvolvimento sempre existiram, mas foram tratados separadamente como um instrumento político de determinado paradigma; 2) conflitualidade e desenvolvimento são processos simultâneos, inerentes e que são produzidos no interior das contradições estruturais do capitalismo e que, portanto, explicitam modelos de desenvolvimento territorial diferenciados embasados em distintas formas de construir e disputar territórios; 3) a conflitualidade não é um processo externo ao desenvolvimento. Pelo contrário, é um processo que se produz também no interior do desenvolvimento explicitando o caráter multidimensional (social, político, cultural, ambiental e econômico), não restringindo-o à dimensão econômica tal como realiza o capitalismo, e multiescalar, consubstanciando e expressando a importância das escalas; 4) a conflitualidade é tanto inerente à formação e reprodução do capitalismo e suas relações, como também do processo de criação, recriação e destruição do campesinato (T-D-R). Assim, está presente em ambas as relações que se negam dialeticamente.

Além disso, embasado nesta importante contribuição apresentada por Fernandes (2009), cremos que algumas outras reflexões também são pertinentes, sendo elas: 1) a conflitualidade tem suas bases em processos e escalas espaço-temporais e, apesar de dialogar com diferentes conceitos que se caracterizam como importantes instrumentais analíticos (classe, gênero, raça/cor, etc.), não se limita à essas expressões de posicionalidades socioespaciais, permitindo um maior diálogo entre eles com caráter completivo pela sua excelência voltada para as relações de poder projetadas no espaço; 2) a conflitualidade, no contexto dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros que realizam lutas contra-hegemônicas, caracteriza-se como sinônimo de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, podemos dizer que os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e outras formas de *contentious politics* construíram um modelo de desenvolvimento lastreado na conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioespacial/socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. Ademais, aos auspícios da perspectiva de escala como lócus das ações políticas denota-se que o cunho pejorativo se prostra a favor das perspectivas hierárquicas que apresentam restrições para a participação popular e descentralização do poder; 3) a conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reproduzidor de novos modelos de desenvolvimento territorial; 4) a conflitualidade é estado e situação, quantidade e qualidade, objetividade e subjetividade, temporalidade e espacialidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, convergência espacial, coalizão e divergência, movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial; 5) os conflitos como eventos têm papel fundamental por explicitar a conflitualidade. No entanto, a conflitualidade está para além do fato, pois caracteriza-se também como processo e, portanto, encastela-se embotada de qualidades históricas e apresenta potencialidade para descortinar contradições do *devir* e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista.

Outra reflexão importante é a de que a conflitualidade apresenta potencial para compreender não somente um caráter de instrumental teórico-analítico para com a materialidade, mas também no tocante à produção das ideias, ideologias, paradigmas, os diferentes níveis de abstração, etc., especialmente pelo fato de ser construída por estes. Nesse sentido, apesar de Fernandes (2009) realizar uma leitura sobre as conflitualidades produzidas no bojo das contradições estruturais produzidas pela questão agrária e desveladas também pelas disputas de modelos de desenvolvimento territorial, cremos que este instrumental analítico seja passível de extensão para aplicação em outros sentidos,

especialmente no conjunto de processos referentes à produção do espaço e, portanto, das relações socioespaciais, caracterizando-se como um elemento estruturante para se pensar a sociedade e o espaço.

Neste sentido, *contentious politics* é um importante fenômeno para pensarmos sobre o processo de produção e transformação do espaço, bem como as dinâmicas e resistências dos lugares e territórios⁴. De acordo com Leitner et al. (2008) o significado do termo é utilizado para descrever fenômenos de resistência contra as normas hegemônicas (p. 157) e sabe-se que ampla parte das lutas contra-hegemônicas são relacionadas a movimentos sociais. No entanto, aponta Tarrow (2011,) e Nicholls (2007), que *Contentious politics* não é limitado aos movimentos sociais. Pelo contrário, ela mais ampla e envolve outros atores (políticos, partidos, associações voluntárias, etc.). Neste sentido, aponta Leitner et al. (2008, p. 157) a existência de diferentes formas de *contentious politics* e que o termo “*has come to replace social movements*”. De fato, *contentious politics* são criadas em situações de mudanças políticas, repressões, demandas por transformação e pode envolver articulações entre diferentes atores:

...contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contensiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcomes is a revolution. (TARROW, 2011, p. 16)

Deste modo, *contentious politics* não é um termo restrito à descrição de um tipo de ator. Pelo contrário, possibilita a compreensão e expressão de um tipo de ação política. Segundo Tarrow (2011, p. 10), as *contentious politics* podem ser marcadas, de um lado, por interrupções, obstruções e questionamento das atividades de determinados grupos (elites, autoridades, outros grupos e códigos culturais) e, do outro lado, por símbolos (slogans, músicas, grafites, etc.) para questionar realidades de repressão. As definições são múltiplas, sobretudo, no tocante à interpretação do Estado. Contudo, tais definições apresentam como elemento comum a combinação entre “*counterhegemonic social and political action*” que podem congrega diferentes tipos de participantes como forma de desafiar e atacar o sistema hegemônico e com a finalidade de estabelecer e propor projetos alternativos e novos valores (LEITNER ET AL., 2008). Este ponto é fundamental porque nos remete à

⁴ Nicholls (2007) e Miller (2008) apresentam referências para observarmos a produção analítica da Geografia para entendermos os movimentos sociais se utilizam da discussão de *contentious politics*.

reflexão sobre as *contentious politics* eminentemente embasadas no espaço e que nos permite entender os direcionamentos políticos, os imaginários e os conflitos em seu processo de produção e resistência/reprodução.

Neste sentido, a perspectiva de *contentious politics* é ampla do ponto de vista da multiplicidade de participantes com posturas diferenciadas, por envolver diversos grupos que se unem para realizar enfrentamentos contra-hegemônicos e proporem práticas de alternativas de um modo espacializado. Ademais, o diálogo entre as distintas posturas/perspectivas político-ideológicas é negociado para a construção de uma unidade comum. A leitura espacial constitui-se como outro ponto fundamental para compreendermos as *contentious politics*, sendo elas, de um lado, por conta das condições espaciais desiguais (econômica, cultural, etc.) (NICHOLLS, 2007, 2009) e, do outro, a luta para conquistar e resistir. Neste sentido, outros pontos destacados por Leitner et al (2008) são a noção da espacialidade das *contentious politics* e o modo como a teoria socioespacial tem a tratado, bem como a implicação da “*multivalent and co-implicated spatialities*” das *contentious politics*, ou seja, a forma como as diferentes espacialidades são consubstanciadas para a construção de práticas e um imaginário comum.

No contexto da leitura geográfica sobre *contentious politics*, a escala é compreendida como elementar. De acordo com tais autores, a escala é importante para construir legitimidade e desafiar as relações de poder pré-existentes. Assim, novas escalas são construídas articulando as demais como forma de amplificar as lutas. No entanto, as articulações em diferentes escalas também demandam negociações intra-organizacionais e entre os grupos envolvidos, alterando assim a espacialidade do poder e da autoridade, tal como podemos observar em redes⁵. Destaca ainda Leitner et al, (2008) que para as *contentious politics*, a escala importa de quatro modos: 1 - Referente aos confrontos políticos que envolvem as instituições do Estado e onde as espacialidades são dominadas pelas escalas hierarquizadas, do nível nacional para o local. No entanto, mesclam também práticas estatais e não-estatais e podem criar novas escalas; 2 – O uso de estratégias escalares (*multi-scalars strategies* e *scalar strategies*) tem sido uma forma dos movimentos sociais ganharem força e alcançarem um nível mais elevado de engajamento com outras escalas, elevando suas lutas do local para o nacional, internacional e escalas global; 3 – *Scale frames* são importantes para as *contentious politics* por permitirem também a disputa política a partir de outras escalas, ou seja, são diferentes escalas disputando políticas nacionais, internacionais, continentais, etc.; 4 – No tocante à unidade das alianças e da formação de suas estratégias, podem haver conflitos entre *scale frames* e *scalar strategies*

⁵ “Central to the politics of scale is the manipulation of relations of power and authority. This process is highly contested, involving numerous negotiations and struggles between different actors as they attempt to reshape the scalar spatiality of power and authority.” (LEITNER ET AL., 2008, p. 159)

nas alianças de movimentos sociais. Apesar da existência de significativas críticas no tocante à criação de hierarquias entre os movimentos, a espacialidade das escalas locais ainda se mantém nos espaços verticais por serem inerentes e intrínsecas aos participantes das redes de construções comuns das estratégias escalares, ou seja, a produção de agendas comuns é uma atividade desafiadora por conta das múltiplas espacialidades locais e possíveis sobreposições, mas estas não são apagadas nos diálogos horizontalizados. Pelo contrário, comumente, as mesmas articulam e visam expressar outras escalas de atuação lastreadas no(s) lugar(es) como expressão das *co-implicateds spatialitys*. De fato, as redes são cada vez mais políticas e, conseqüentemente, viabilizam conexões e difusões de informações de diferentes espacialidades.

Creemos que essa discussão reticular nos convida a refletir sobre o modo, os ganhos e riscos da articulação de distintos espaços em redes. Neste sentido, a discussão sobre *socio-spatial positionality* e *convergences space* tem potencial explicativo. A *socio-spatial positionality* compreende a diferença interna nas redes, a resiliência das relações de poder desiguais e o potencial para construí-las e desenvolvê-las pelos movimentos socioespaciais. Segundo Nicholls, (2009) a *socio-spatial positionality* é composta por identidades (gênero, raça, classe, etc.), experiências, perspectivas, imaginários, envolvimento e visão de mundo dos sujeitos⁶. Ademais é importante compreender que as diferenças na *socio-spatiality* é expressada no contato com demais atores em outras posições e, conseqüentemente, desvelam elementos para entendermos sobre diferença e desigualdade, sendo que suas feições são expressas no cotidiano. Não obstante, os movimentos também as praticam, mas seguem desenvolvendo formas práticas de combatê-las no dia-a-dia. As ações coletivas são exemplos disso. No entanto, mesmo dentro das ações, organizadas por movimentos e diferentes grupos, há diferenças significativas dentro das próprias manifestações:

Social movements always face the challenge of building alliances between individuals and groups with diverse socio-spatial identities, interests and imaginaries. The challenges include mobilising differently positioned subjects and negotiating differences among them for collective action. Negotiations are never unproblematic. Alliance politics is plagued by power differences, some embedded in the social positionalities subjects bring to a social movement (male/female, professional/activist, local/non-local, native/foreign); others emergent as certain individuals or groups become influential in a movement, marginalising other participants. (LEITNER ET AL. 2008, p. 164)

No entanto, tais relações quase sempre são produtivas do ponto de vista do intercâmbio de experiências, da articulação das espacialidades, da qualificação do debate e por permitir a construção de pontos de luta comuns e *commons agendas*⁷. Ademais, a

⁶ Ver Leitner et al. (2008)

⁷ Ver Chatterton et al. (2012).

leitura dos movimentos em uma rede evidencia que apesar de ser um sujeito coletivo, caracteriza-se como uma individualidade em uma constelação composta por outros grupos com suas individualidades.

Analisando as “*grassroots globalization networks*” com destaque para o engajamento em uma *multi-scalar political actions* e *multi-scalar terrains* (incluindo espaços materiais e virtuais) e destacando que as experiências de protestos de globalização anti-neoliberais têm incitado os intelectuais a estudarem este fenômeno, bem como os ativistas, grupos e movimentos locais marginalizados que se organizam em redes de articulação, Roullege (2003) sugere uma leitura sobre *convergence spaces*. Neste sentido, o autor tem apontado dois importantes elementos. O primeiro é a heterogeneidade das *grassroots networks of resistance* e, o segundo, a importância das políticas de escalas. De acordo com o autor, a criação de redes envolve comunicação, solidariedade, compartilhamento de informações, suporte mútuo e o elemento central nestas redes é a “*production, exchange and strategic use of information*” (2003, p. 335). Neste sentido, outro ponto fundamental é que o fluxo atual de informações e o modo de promovê-las tem mudado significativamente. Atualmente, temos a imbricação de formas antigas e novos modo de promover o fluxo de informações e articulações. De um lado, utiliza-se telefones, e-mail, jornais, boletins, redes sociais, cartas e, de outro lado, o contato face-a-face, especialmente, viabilizado pela evolução dos meios de transporte e acessibilidade dos preços. Aponta ainda o autor que a velocidade, densidade e complexidade deste tipo de vínculos tem crescido nos últimos 20 anos. De fato, diferentes redes sociais e formas de circulação de informações se tornaram ferramentas importantes na dinâmica atual das *contentious politics*, especialmente na organização das redes de construção de *commons repertories* e na socialização de informações. Ademais, como parte da lógica da *convergence spaces*, as manifestações construídas coletivamente também são resignificadas pelo fato de serem compostas por grupos e movimentos de perfis diferenciados, ou seja, o fato de serem compreendidas por diferentes identidades e espacialidades, bem como por representarem diferentes lugares, mas que lutam por causas comuns.

Alguns pontos são relevantes neste sentido. Primeiramente, as manifestações são forjadas também como respostas e consequências do avanço das relações promovidas pelo capital que trabalha em diferentes escalas, bem como as redes são construídas para se oporem às redes hegemônicas. Segundo, as redes podem também ser globais ou locais ou multi-escalares, dependendo de suas relações e intencionalidades para com os seus lugares e territórios. Ademais, muitas vezes a força destes movimentos, bem como sua eficiência e capacidade de atuação local/global, depende das escalas de atuação, ou seja, a intencionalidade e as especificidades são fundamentais nesse processo. Outra ideia importante é o *militant particularism* de Harvey (1996). Esta ideia tem sido importante para

mudar e construir a sociedade, porém, com cuidado para a não reprodução e manutenção das ideias conservadoras. Pelo contrário, é importante este tipo de relações fortes e enraizadas, se desenvolvida em articulação com as demais escalas e aproveitando os vínculos locais para reforçar as lutas em outras escalas. Outra questão importante é que as diferenças político-ideológicas compreendem a natureza das redes compostas por múltiplas identidades e lugares, bem como as desigualdades internas dentro das próprias redes baseadas na discussão de que determinados continentes são hegemônicos e possibilitam uma maior mobilidade⁸. No entanto, tem sido comum observar que a coalisão das diferenças e seus “problemas” vai se desenvolvendo à medida que a rede se amplia e os debates e negociações políticas internas avançam. Assim, compreendemos esse processo de negociação e ajustes tanto como um dos primeiros produtos proporcionados pelas redes, quanto também como um processo permanente. No entanto, muitas outras relações são criadas entre os lugares e através das redes, sendo que algumas destas podem ser construídas com movimentos próximos e transformadas em relações constantes baseadas na solidariedade⁹.

Outra contribuição importante para se pensar as *contentious politics* a partir da perspectiva geográfica é a noção de *convergence spaces*. A base empírica de reflexão para a construção de *convergence spaces* é a PGA (*People Global Actions*) por se caracterizar como um claro exemplo de *space of convergence*. Routledge (2003) apresenta que por meio da PGA foi organizada uma rede ampla cujo objetivo é estabelecer um instrumento de coordenação e apoio mútuo através da unificação de valores e ambições globais na escala global das lutas anti-neoliberais visando dar projeção internacional para as lutas e fomentar a resistência. No interior da mesma, os *Convernors Committee* são responsáveis por facilitar estas relações mediadas pela internet. Contudo, o autor aponta também alguns problemas com a imbricação de atividades, atuações do *convernors* para com as respectivas lutas nas escalas locais e tempo de dedicação nas redes, além de diferenças culturais, linguísticas e a dependência do acesso aos e-mails. Outro ponto importante é que a rede tem sido conduzida por *Support Groups* de ativistas que ajudam no trabalho de comunicação. Ademais, aponta Routledge:

However, the cohesion of the network depends on the quality and durability of facilitation and interaction between its constituent participants, as well as their ability to devote time and energy towards the network while also being involved in their own local/national struggles. (2003, p. 343)

⁸ Sobre mobilidade: “Some activists are more mobile than others in at least two ways. First there is differential access to contemporary communications technologies such as the Internet.” and “Second, there is differential financial resource availability between activists and between social movements, concerning the ability to travel across continents to particular actions, meetings and conferences.”(ROUTLEDGE, 2003, p. 340)

⁹ Ver Routledge (2003, p. 336).

Neste sentido, analisando geograficamente a PGA, Routledge propõe a *convergence of spaces* como uma ferramenta crítica para se analisar as redes globais:

From the analysis of the process geographies of PGA – as one example of a grassroots globalization network – I want to propose that, rather than constituting a ‘non-place’ of resistance to neoliberal capitalism, such networks can be conceived of as ‘convergence spaces’ that facilitate the forging of an associational politics that constitutes a diverse, contested coalition of place-specific social movements. These coalitions prosecute conflict on a variety of multi-scalar terrains that include both material places and virtual spaces. I propose the notion of convergence space as a conceptual tool by which to understand and critique grassroots globalization networks. (2003, p. 345)

Este instrumental analítico nos permite compreender não somente as relações internas aos movimentos sociais ou articulações entre outros, mas, pelo contrário, visa também analisar a coalisão dos diferentes sujeitos que se envolvem e figuram as *contentious politics* promovidas por redes através de uma perspectiva espacial, desvelando assim uma rede também como uma convergência de múltiplos espaços. Ademais, esta ferramenta conceitual nos permite diferentes compreensões. Dentre as múltiplas possíveis, destaca:

1 Convergence spaces comprise diverse social movements that articulate collective visions, to generate sufficient common ground to generate a politics of solidarity, i.e. multi-scalar collective action. (p. 345)

2 Convergence spaces facilitate uneven processes of facilitation and interaction. (ele da destaque para os seguintes processos communication, information sharing, solidarity, coordination and resource mobilization)

3 Convergence spaces facilitate multi-scalar political action by participant movements.

4 Convergence spaces are comprised of contested social relations, because of the very different militant particularisms that are articulated by participant movements. (ROUTLEDGE, 2003, p. 345)

Destaca também o autor que a *convergence* funciona com diversas diferenças e conflitos internos e torna-se necessário desenvolver políticas universais para trabalhar juntos com o fito de ir para além do *militant particularism*. Neste sentido, McFarlane (2009) apresenta na ideia de *translocal assemblage* uma importante leitura, com afinidades às anteriores, a ser destacada no tocante à concepção sobre poder e pluralidade de transformações. Para McFarlane, as *translocal assemblage* têm três orientações:

First, they are composites of place-based social movements which exchange ideas, knowledge, practices, materials and resources across sites. Second, translocal assemblage is an attempt to emphasise that translocal social movements are more than just the connections between sites. Sites in translocal assemblages have more depth than the notion of ‘node’ or ‘point’ suggests (as connoted by network) in terms of their histories, the labour required to produce them, and their inevitable capacity to exceed the connections between other groups or places in the movement. Third, they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events. At

different moments of time, these relations within and between sites may require different kinds of labour and are more or less vulnerable to collapse, or to reassembling in different forms. (MCFARLANE, 2009, p. 562)

No entanto, a noção de redes como “*vehicles and communicate*” ainda mantém uma importante função e constitui-se como parte da lógica dos movimentos sociais:

networks... [as] vehicles for communicative and political exchange, with the potential for mutual transformation of participants”. In these accounts and others, networks have become the de facto spatiality of social movements, figuring as a precondition and an infrastructure for social movements, and as an epistemic space through which to theorise the contested politics of social movements. (MCFARLANE, 2009, 562)

Creemos que esta perspectiva, além de ser uma importante ferramenta para análise dos movimentos socioespaciais, também faz parte da noção de que as redes compõem a nova morfologia social conforme aponta Castells (2000). Nesse sentido, não poderia ser muito diferente, tanto que depois vemos a análise deste em diversos outros movimentos e outros estudos que também apontam a importância das redes para os movimentos (CASTELLS, 2012). Além do mais, esta ideia nos incita a pensar tanto a multiplicidade de identidades e *convergence spaces*, quanto a formação de coalisões e do senso de *commons*. Chatterton, Featherstone & Routledge (2012), analisando as articulações promovidas no tocante à Climate Justice, fazem uso da noção de *commons*:

The commons consists of a shared interest or value that is produced through communal relations. It potentially forms the ethical coordinates of an alternative politics when common “wealth” (eg land, water, seeds, air, food, biodiversity, cultural practices) that provides direct input into social and physical wellbeing, is faced with “enclosure” in the form of the destruction of physical environments and the privatisation of resources and genetic stocks (Gibson-Graham 2006:95–97, 237). Protecting this “commonwealth” is central to generating new forms of antagonism and solidarity (Hardt and Negri 2009). Mobilising around the common are productive moments that build commonalities, group identity, shared understandings, and repertoires of tactics (De Angelis 2003; Linebaugh 2008). Commoning, as Peter Linebaugh insists by using the term common as a verb as well as a noun, is a dynamic, generative process. (2012, p. 10)

Tomando o espaço, as redes de lugares(s) como pontos de análise, a noção de *Commons* nos permite pensar, além da unificação de valores e construção de uma identidade de grupo, mas também a busca pela resolução de problemas se utilizando de redes de relações e práticas mútua e solidariedade como forma de enfrentar as lógicas hegemônicas e promover luta e resistência. As comunidades (leia-se também lugares) são as bases dos *commons* e as práticas são fundamentais para entender o modo como se tem mudado as relações em outras escalas e lugares com lastro no futuro. Porém, esta perspectiva pode envolver diferentes temas, atores, ações políticas, práticas cotidianas

alternativas, imaginários, espacialidades, táticas, conflitos e contextos cultural, conectados em uma luta contra as relações hegemônicas de poder e por um projeto comum.

Por fim, visando amplificar as leitura e discussão sobre as *contentious politics*, tomamos como base a discussão sobre lugar e *terrains of resistance*¹⁰. Esta leitura demanda uma identificação do lugar para além da leitura cultural, pois sendo como um espaço onde se dão também as relações humanas, conseqüentemente, este também é político (MASSEY, 2004, 2005). Acreditamos que esta perspectiva nos permite pensar o lugar como um importante espaço onde ocorrem as relações de dominação e também de resistência material, cultural, etc. Neste sentido, pensando as ações políticas, o lugar também emerge como sítio para desafiar as práticas dominantes e promover a resistência. Neste caso o lugar é fundamental em diferentes direções, porém destacamos aqui as identidades políticas, ações políticas e contextos históricos dos movimentos sociais por serem componentes da *terrains of resistance*.

Segundo Routledge (1992), o lugar contém três elementos importantes para analisar movimentos sociais: local, definido pelas interações formais e informais do cotidiano; localização, refere-se à área geográfica constituída por uma definição processual social, econômica e política; e o *sense of place* construído por elementos subjetivos. Tais elementos nos permitem identificar não somente as contradições a respeito de como os movimentos sociais, suas bandeiras e como os diferentes significados são criados, mas também os motivos de suas lutas e onde almejam chegar. Assim, para qualificar as discussões sobre movimentos sociais, destacamos a proposta de Routledge (1992) porque cremos que através desta ideia podemos compreender elementos culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos que envolvem os movimentos sociais, ou seja, pela sua eminente perspectiva multidimensional que mescla tanto perspectivas horizontais quanto verticais. Além disso, em contato com esta ideia, podemos reconhecer também diferentes tipos de escalas e relações de poder, conflitos, resistência e analisar os contextos dos movimentos sociais embasados nos elementos do lugar. Indubitavelmente, o conceito de lugar tem papel na composicionalidade de *terrains of resistance*:

The theoretical components of place (location, locale and sense of place) provide valuable insights into the 'terrain of resistance', contributing to the understanding of the political character of the movement. The analysis of the settings where social relations are constituted (locale) and the wider socio-political processes at work (location) have contributed to an understanding of why the Baliapal movement emerged where and when it did. (ROUTLEDGE, 1992, p. 605)

¹⁰ A eleição do termo *terrains* e não território tem sua explicação no fato de estar essencialmente relacionado ao conceito de lugar. Assim, um dos elementos que caracterizam o sentido do lugar (*sense of place*), segundo Massey (2004), é que não precisa ser necessariamente definido por fronteiras demarcatórias, tendo como essência de sua composição outras interações, relações, etc. Não obstante, apesar da proposta apresentar pontos de intersecção, o objetivo da análise também é diferenciado. Contudo, a convergência destes elementos faz-se objetiva a partir da abordagem espacial da leitura.

Ademais, *terrains of resistance* compreende uma multiplicidade de relações hegemônicas e contra-hegemônicas de poder e discursos e envolve e consubstancia diferentes processos, características e significados políticos, culturais, etc. em diferentes escalas e tempos:

A terrain of resistance refers to the sites of contestation and the multiplicity of relations between hegemonic and counter-hegemonic powers and discourses, between forces and relations of domination, subjection, exploitation and resistance. It refers to the movement within and between these forces and relations—a movement of contradiction, multiplicity and heteronomy. More specifically, a terrain of resistance represents an interwoven web of specific symbolic meanings, communicative processes, political discourses, religious idioms, cultural practices, social networks, economic relations, physical settings, envisioned desires and hopes. These are endowed with varying degrees of strategic force, movement and meaning according to the particular spatial, cultural and historical contexts of a conflict. (ROUTLEDGE, 1996, p. 517)

Contudo, é fundamental destacar que esta ideia vai além da compreensão abstrata, pois parte de relações, práticas e processos materiais e imateriais para entender e analisar a realidade das ações e do lugar. Assim, é importante destacar que *terrains of resistance* não é material, porém se expressa na materialidade:

As a site of contestation, a terrain of resistance is not just a physical place but also a physical expression (e.g. the construction of barricades and trenches), which not only reflects a movement's tactical ingenuity, but also endows space with an amalgam of meanings—be they symbolic, spiritual, ideological, cultural or political. A terrain of resistance is thus both metaphoric and literal. It constitutes the geographical ground upon which conflict takes place, and is a representational space with which to understand and interpret collective action. Further, terrains of resistance are manifested in myriad 'spaces', none of which are closed or 'contain' social movements. Rather, these spaces are intermingled with one another in a multiplicity of configurations. Each configuration reflects the specificity of social movement agency, the particular ways that movement within and between individual and collective agencies is enacted and enabled. (1996, p. 517)

Deste modo, *terrains of resistance* não são somente sítios (físicos) de contestação, mas também de expressão que, portanto, apresentam múltiplos significados (simbólicos, espirituais, ideológicos, culturais e políticos). É, assim, uma ferramenta teórico-analítica importante para se compreender as ações coletivas e as especificidades da formação e motivos de luta dos movimentos. No entanto, não são espaços blindados, pelo contrário refletem uma multiplicidade de formas de ações coletivas e individuais e também mantém laços com demais organizações (voluntárias, não governamentais, religiosas, etc.). Assim, *terrains of resistance* compreende tática, estratégia e processos simbólicos baseado também em crenças, valores, objetivos e imaginários que envolvem práticas políticas em diferentes escalas (ROUTLEDGE, 1996, 517).

Creemos que estas discussões integradas nos permitem compreender de um modo crítico a forma como ocorrem os conflitos, como as lutas têm se organizado de modo multiescalar, as distintas conexões e problemas internos das redes que lutam para alterar as configurações e formas de produção do espaço.

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: A IMPRESCINDIBILIDADE DO OLHAR GEOGRÁFICO EM QUESTÃO

Nesta reflexão, nosso objeto não é realizar uma discussão que venha a calhar em afirmações ignóbeis sobre a subordinação, dependência ou colonização da Geografia pelas demais Ciências Humanas. Pelo contrário, buscamos pensar as contribuições, reciprocidades, (des)conexões, (des)complementaridades e intersecções com o fito de promover a produção do conhecimento que, ao mesmo tempo em que se valha da porosidade das fronteiras das Ciências Humanas, também se atenha às especificidades epistemológicas da Geografia. A essa lógica atenta aos alicerces da ciência Geográfica é que denotamos como imprescindível e, portanto, buscamos praticar diretamente nas reflexões impressas ao longo deste trabalho. Ou seja, compreendemos que primar o léxico geográfico só tem sentido se a análise efetivamente estiver alicerçada em uma perspectiva eminentemente geográfica.

A origem de nossa perspectiva surgiu com o questionamento sobre onde estaria, se existiria e como era a preocupação com o espaço, os movimentos enquanto espaço e como os mesmos, e além de serem produtos deste também produzem, consomem, contestam e o transformam. Em muitos casos, alguns realizados por geógrafos, encontramos abordagens que tratam o espaço de modo secundarizado ou como um palco onde as relações se dão. De fato, o simples trato do espaço como um cenário onde os eventos ocorrem não nos pareceu suficiente. Pelo contrário, esta perspectiva não apresenta potencial explicativo e, portanto, sequer o espaço é compreendido como um elemento vital e/ou um produto-produtor com determinações diretas em todas as dimensões que envolvem os movimentos socioespaciais, ou seja, dissociava-se comportamentos, ações, lutas e conflitos de sua base primária e essencialidade: o espaço. O desenvolvimento de tal questionamento, no transcorrer do tempo e das análises, nos incitou a pensar as diferenças entre as ciências, especialmente a Sociologia e a Geografia, conforme apresentamos em Sobreiro Filho (2013). Além disso, num plano mais elevado, encontramos a mesma lacuna no tocante às demais formas de *contentious politics*. Esta lacuna, de certo modo, nos permite um amplo

campo de contribuições potenciais, pois o espaço se caracteriza como o principal objeto da Geografia. Assim, chegamos a uma primeira conclusão: as diferenças eram estruturais.

O potencial analítico da Geografia, primeiramente, habita em sua própria estrutura e especificidades epistemológicas. Este é um ponto de partida para começarmos a tratar esse objeto em comum com as demais Ciências Humanas¹¹. Indubitavelmente, nos leva a crer que cada uma das Ciências Humanas pode construir análises de um modo único, mas, ao mesmo tempo, contendo potencial para integrá-los. Essa perspectiva remonta à nossa preocupação sobre não caracterizar nossas reflexões como uma negação das demais Ciências Humanas, pelo contrário cremos que a porosidade entre as mesmas deve ser dilatada por diálogos cada vez mais amplos e contundentes, contudo sem perder as bases epistemológicas e o trato adequado para com as suas especificidades. Assim, destacamos que há temas que dialogam com as demais Ciências Humanas e, portanto, não se restringem propriamente a uma, mas o cumprimento com os pressupostos das bases epistemológicas é o elemento que diferenciará as análises e, portanto, se desdobrará em qualidades e resultados distintos¹².

É no bojo desta perspectiva e do olhar atento para com o espaço e território que emergem os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. A discussão seminal desta perspectiva inicia-se com Martin (1997) e Fernandes (1999, 2005). Ambos os autores destacam o raro trato geográfico nas análises sobre este objeto e a necessidade de se construir uma abordagem eminentemente geográfica. Neste sentido, Sobreiro Filho (2013) remonta à diferenciação com base na perspectiva do que seriam os objetos das ciências e, embasada na compreensão de Santos (2008) de que *“De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais, e do outro, objetos geográficos”* (p. 77), destaca tanto que as mesmas compartilham objetos de análise quanto também que seus elementos fundantes diferenciam suas análises e perspectivas. Ademais, seja pelas denominações homem-meio, sociedade-natureza, homem-espaço, etc., a Geografia trata tais relações de modo indissociado e dialético. Assim consubstancia e/ou evidencia a inseparabilidade dos aspectos físicos e humanos em busca de uma aproximação maior da compreensão da realidade, fato determinante para a compreensão do que seria um objeto geográfico¹³.

¹¹ Há uma enorme riqueza nestas múltiplas interpretações sobre objetos em comum tal como vemos em Aristóteles *“o ente é dito de várias formas”* (2010, p. 24-5). Contudo, advogamos aqui a importância da forma geográfica.

¹² Apesar da Sociologia e da Geografia compartilharem alguns dos mesmos objetos de análise, parcela das diferenças de resultados também estão relacionados aos respectivos métodos tal como podemos ver em Durkheim (2002), George (1969) e Santos (1985, 2008)

¹³ *“Sobre essa discussão ver Santos (2008. p. 72).*

Além das diversas especificidades das respectivas ciências, os conceitos, por expressarem diferentes níveis de abstração¹⁴, cumprem papel fundamental na construção das análises e busca da compreensão dos fenômenos. Vale destacar que, apesar da porosidade das ciências permitirem intensos diálogos, o uso indiscriminado, inadequado e desatento de tais contribuições conceituais importadas pode incorrer em erros crônicos, inclusive, tratando-os como metáforas por desconhecer as especificidades da ciência em que foi gerado e sua composicionalidade (leia-se também extensão) conceitual. Neste sentido, Fernandes aponta sobre como o uso conceitual pode implicar em uma contribuição parcial *“Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos”* (2005, p. 30).

Neste sentido, destaca também Martin que *“mesmo quando esses movimentos tem uma nítida dimensão espacial, raramente são considerados de um ponto de vista verdadeiramente geográfico.”* (1997, p. 26). Esta realidade expressa não só a falta de uma perspectiva eminentemente espacial, mas também como um produto das especificidades que implicam em resultados diferentes dos pautados pela lógica espacial da Geografia. Outro autor que apresenta uma contribuição para pensarmos os diferentes tratos e as distinções epistemológicas é Pedon (2009, p. 228), destacando que Movimento social e Movimentos socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo. Ainda nesse sentido, tomando como base a proposta conceitual apresentada, o autor também valida e destaca a construção do conceito de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais como perspectiva que releva a realização de uma leitura geografizada e orientadora que amplia seu arcabouço e passa a buscar a função de “orientadora” (p. 228).

A perspectiva trata tal contribuição a partir da multidimensionalidade que compreende o espaço, sendo outro ponto fundamental, pois, visto que a realiza de modo *geografizado*, a mesma se expressa também nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. É destacável o fato de que também pode haver inversões e limitações crônicas oriundas das demais ciências para com a Geografia, sendo que as análises que

¹⁴ Destacamos a importância dos conceitos geográficos sob um olhar crítico para podermos entender melhor o espaço, tal como podemos ver em Santos: *“Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto.* (2008. p. 77)

relevam o espaço, via-de-regra, tem incorrido em compreensões confusas, simplificadas, unidimensionais e fragmentadas da realidade sobre território e espaço¹⁵:

No bojo destas compreensões é que o Fernandes propõe uma definição conceitual fundamentalmente baseada nos conceitos da Geografia, evidenciando-o como essenciais não só para compreende-los, mas em sua própria luta, dinâmica e essencialidade:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Aponta Pedon (2009) que os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e, conseqüentemente, suas ações configuram um processo de disputa territorial baseado na territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, cremos que é importante relevar que os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais coexistem, mas não quer dizer que sejam sinônimos. Movimento socioespacial é um conceito amplo porque está relacionado à complexidade do espaço, enquanto produto-produtor complexo, e as processualidades potenciais. Assim, os movimentos socioespaciais são aqueles que produzem-consomem e/ou transformam o espaço e, conseqüentemente, as relações socioespaciais através de sua luta, resistência e sua própria existência. O conceito de movimentos socioterritoriais, conforme Fernandes (2005) e Pedon (2009), tem o território como trunfo e, portanto, os sujeitos resistem e lutam por territórios (materiais e/ou imateriais). O território configura-se como a essência dos movimentos socioterritoriais. Deste modo, assim como espaço e território coexistem, ou seja, o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Portanto, todo movimento

¹⁵ Esta crítica também está presente nas afirmações “A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial” (FERNANDES 2005, p. 28) e “É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e complementivos do espaço geográfico.” (FERNANDES 2005, p. 27)

socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe a luta por espaço, no entanto nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe e manutenção de uma relação de poder em determinado espaço.

Ademais, é fundamental destacar que a Geografia brasileira produziu diversas contribuições sobre movimentos sociais. No entanto, com poucos e delicados diálogos entre si. Buscando compreender um pouco mais sobre o processo de conhecimento da Geografia sobre movimentos sociais, Pedon (2009) é uma importante referência. Realizando quase uma arqueologia da produção do conhecimento da Geografia brasileira baseada na relação entre a história do pensamento geográfico do Brasil e os trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia, Pedon (2009) aponta que os primeiros trabalhos de geógrafos sobre movimentos sociais têm sua base em Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro com as Ligas Camponesas. Destaca ainda, a existência de uma lacuna nas décadas de 1960 e 1970 e o retorno destas discussões com o processo de renovação da Geografia que se deu, sobretudo, com o avanço da influência marxista, especialmente o materialismo histórico, por Milton Santos, Yves Lacoste e Henri Lefebvre, e, conseqüentemente, levaram a repensar a Geografia e inseriram uma leitura crítica no tocante ao espaço. A própria conjuntura de reabertura democrática e o avanço das mobilizações, especialmente as greves entre 1978 e 1980, incitou os estudos voltados para as organizações e ações políticas. Ainda segundo autor (2009, p. 25-7) o início dos estudos pioneiros sobre mobilizações e sua divulgação na década de 1980, com predomínio dos estudos de caso, como produtos da Geografia Crítica, porém com referenciais majoritariamente estrangeiros e, portanto, com lógicas extrínsecas à realidade brasileira, sendo predominantemente europeia e datada nas décadas de 1960 e 1970. Nas décadas consecutivas, assim como a Geografia foi amplificando as suas análises sobre o espaço, o mesmo ocorreu com os estudos sobre movimentos sociais. Pedon (2009) sintetiza diferentes aplicações, perspectivas e influências dos principais trabalhos. Dentre eles, uma maioria embasada em autores externos à Geografia ou estrangeiros, tais como: J. Lojkin, M. Castells, J. S. Martins, Maria da G. Gohn, Ana C. T. Ribeiro, etc.

Segundo Pedon (2009), Ruy Moreira surgiu como importante referência no tocante à compreensão da geografia como uma ferramenta para desvendar as “mascaras sociais” (p. 37), aos auspícios da discussão de luta de classes. Esta perspectiva levou a uma mudança na relação entre a Geografia e o sujeito até então pouco trabalhado. Assim, somada à perspectiva de classes, o espaço passou a ser compreendido a partir das discussões sobre o processo de produção, distribuição e consumo, e o conceito de território como expressão espacial das lutas (p. 39). Neste sentido, Pedon (2009) passa a destacar alguns estudos e mudanças importantes, tais como: 1) O estudo de Satiê Mizubuti a partir da compreensão de bairros e favelas como sub-espacos onde ocorrem a reprodução do proletariado (p. 18); 2) O salto qualitativo na leitura sobre ativismo realizado por Marcelo

José Lopes de Souza, buscando refletir as espacialidades e a inseparabilidade das relações espaço-sociedade (p. 93-4); 3) A contribuição de José Borzacchiello da Silva sobre o entendimento dos registros espaciais oriundos da relação entre o povo e o poder, assim emergindo um conjunto de contradições que se dão no bojo da sociedade capitalista (p. 100); 4) A persistência da dicotomia campo-cidade em diversos trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia. Entretanto, a quebra da mesma dicotomia realizada por Ruy Moreira (p. 65); 5) A utilização de autores geógrafos reconhecidos (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, Julia Adão Bernardes e Milton Santos), alguns que, apesar da importante contribuição, não são geógrafos (Henri Lefebvre, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Paul Singer), e demais e outras áreas (José de Souza Martins, Emir Sader, Alain Touraine e Edward Thompson); 6) Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta contribuições no sentido do desenvolvimento de um quadro sobre a materialização das lutas e conflitos no campo (p. 118). Ademais, juntamente a Manuel Correia de Andrade, “*podem ser considerados como precursores na geografia brasileira*” (p. 122); 7) A perspectiva marxista de compreensão do espaço foi um importante processo para alterar as análises dos movimentos sociais na Geografia brasileira; 8) Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Marin constituem-se como importantes referências no tocante à construção conceitual, servindo de base teórica dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (p. 137-140); 9) A contribuição de Renato E. dos Santos no tocante à geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial (p. 146-63);

Ademais, o autor realizou uma minuciosa varredura dos trabalhos da Geografia nos principais periódicos e, portanto, que permitiram a maior difusão de produções sobre os movimentos e temas afins: Revista Terra Livre; Boletim Goiano de Geografia; Boletim de Geografia Teórico; Caderno Prudentino de Geografia; Boletim Paulista de Geografia; e a Revista Brasileira de Geografia. No entanto, fato é que, assim como os demais, poucos apresentaram contribuições teórico-conceituais para a Geografia. Sintetizando tal percorrido e compreensões, podemos destacar que as análises geográficas sobre movimentos sociais na Geografia: 1) Apesar da maioria dos trabalhos não realizarem esforços teórico-conceituais sobre a Geografia e os movimentos sociais, cremos que sejam importantes referências para mapearmos os conflitos e principais fenômenos atrelados (PEDON, p. 28-131); 2) Muitas das produções tiveram significativa importância em termos de registros de conflitos e de estudos de casos, sendo raros os que se ativeram a análises comparativas trans ou multi-escalares; 3) Há uma predominância ampla e quase hegemônica de referenciais de outras áreas das Ciências Humanas, especialmente a sociologia e a História (PEDON, 2009, p. 145-5); 4) Algumas limitações, especialmente no tocante ao uso de teorias oriundas de outras Ciências Humanas, têm deficiências não somente pelo desconhecimento das distintas definições conceituais sobre movimentos sociais, mas

também para com os diferentes modelos interpretativos conforme podemos ver em Gohn (2009, 2010, 2011); 5) Diversas análises ainda apresentam significativas deficiências em termos da compreensão do contexto dos movimentos socioespaciais por conta das influências majoritariamente norte-americanas e europeias com limitações às especificidades temporo-espaciais da América Latina.

Vale destacar também que é fundamental compreender o modo como a Geografia brasileira tem operado os próprios conceitos na elaboração de suas análises, muitas vezes elegendo forçosamente alguns em detrimentos de outros com vasto potencial explicativo, para não incorrer no mal das análises pobres, ou seja, desatentas para com suas especificidades e a adequação e contextualização de ideias, teorias e conceitos tanto próprios quanto das demais Ciências Humanas. Além disso vale destacar que os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm sido referenciados e discutidos em análises diversas (teses, dissertações, monografias, relatórios e artigos), demonstrando assim sua aceitação e expansão nas análises, dentre elas: Fernandes (1999, 2005, 2008, 2009); Neves (2004); Origuela (2015); Fabrini et al. (2012); Pereira (2015); Souza (2012); Pereira (2012); Wahren & Schvartz (2015); Dalperio (2013); Sobreiro Filho (2010, 2013, 2015); Souza Junior (2007, 2008); Castilho (2012); Aveni & Silva (2010); Souza (2009); Onório & Silva (2012); Camacho (2011); Morais (2011); Machado (2011); Cardoso (2013); Melo & Almeida (2014); e Ramos Filho (2008); Gonçalves (2011); Coca (2011); Felício (2011); Souza (2012); Campos (2012); e Roos (2015).

Por fim, pode-se afirmar que a Geografia não se diferencia das outras ciências em termos de comungar de um mesmo objeto de análise, mas demonstra suas especificidades em relação às demais através de abordagem particular embasada em seus conceitos (espaço, território, lugar, paisagem, região, rede e escala), tornando movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais instrumentais analíticos criados pela própria ciência geográfica e com potencial explicativo perante sua estrutura epistemológica. No entanto, apesar das significativas contribuições de Martin, Fernandes e Pedon, cremos que ainda seja necessário aprofundar um conjunto de outros elementos para então poder avançar em termos de formulação de uma teoria geográfica sobre *contentious politics* e, portanto, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais de modo cada vez mais denso e rumo a elaborações mais avançadas e que dialoguem com as contribuições e instrumentais teóricos geográficos oriundos de outros continentes tal como buscamos apresentamos aqui. Em outras palavras, podemos dizer que a perspectiva geográfica brasileira ainda demanda uma abordagem mais profunda, não somente em termos de construção aprofundamento conceitual, mas, sobretudo, na compreensão das racionalidades e demais elementos que compõe as *contentious politics*.

Considerações finais

A Geografia brasileira realizou um amplo conjunto de análises e estudos sobre movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. No entanto, historicamente apresenta uma dívida de contribuição cuja gênese seja geográfica. Ademais, esta dívida não se limita somente à produção geográfica, mas também às relações para com os teóricos da geografia oriundos doutros continentes. Como exemplo dos autores britânicos e norte-americanos aqui estudados, nota-se que a existência de diversos outros geógrafos que apresentam significativas contribuições e se dispõem à construção de instrumentais teórico e analíticos contundentes desde referenciais de movimentos europeus, latino-americanos, norte-americanos e asiáticos. De modo amplo, destaca-se não somente a imprescindibilidade de um olhar geográfico, mas também o estreitamento para com as literaturas internacionais.

Referências

- ARISTÓTELES. **Categorias**. 2ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2010.
- AVENI, A. & SILVA, R. H. Papel da mídia na geopolítica contemporânea. Como a mídia tem tratado a atuação dos movimentos sociais urbanos no Brasil? **Revista eletrônica Tempo – Técnica – Território**, v. 1, n. 3, p. 25-44, 2010.
- CAMACHO, R. S. A Geografia no contexto da educação do campo: construindo conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percorso - NEMO**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25-40, 2011.
- CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo. 388 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012.
- CARDOSO, B. O reviver do movimento indígena boliviano no Abya Yala. In: **Anais do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina**, p. 105-119, 2013.
- CASTILHO, C. J. M. Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. p. 99-129, 2012.
- CHATTERTON, P., FEATHERSTONE, D. and ROUTLEDGE, P. Articulating Climate Justice in Copenhagen: Antagonism, the commons, and Solidarity. **Antipode**, n 0, v. 0, 2012
- COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do território Catuquiriguaçu – Estado do Paraná. 250 f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

DALPERIO, L. C. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 à 2012**. 257 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 128 p.

FABRINI, J. E., et al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 33-49, jul-dez. 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. São Paulo. Forense, 1969.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio – SP**. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

HARVEY, D. **Justice, nature, and geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the institute of British Geographers**, N. Series, v. 33, n 2, p. 157-172, 2008.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MACHADO, T. C. **Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia**. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MARTIN, J. Y. A geografia dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

_____. **For Space**. London, Sage Publications, 2005.

McFARLANE, C. Translocal assemblages, Space, power and social movements. **Geoforum**, v. 40 561-567, 2009.

MELO, D. S. & ALMEIDA, R. A. Uma análise das ocupações de terra em Mato Grosso de 2000 a 2012. In: **Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**, Campo Grande (MS), p. 286-295, 2014.

MILLER, B. A. **Geography and Social movements: comparing antinuclear activism in the Boston Area**. London: University of Minnesota Press, 2000.

MORAIS, V. C. **A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais: um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves**. 116 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

NEVES, A. L. Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 35-42, jul-dez. 2004.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: theorising the geographies of social movements. **Transactions of the institute of British Geographers**, New Series, v. 34, n 1, Jan, p. 78-93, 2009.

_____. J. The geographies of social movements. **Geography Compass**, 1/3, p. 607-622, 2007.

ONÓRIO, S. S. & SILVA, C. O. Movimentos socioespaciais: um estudo dos trabalhadores sazonais do município de São José da Laje, Alagoas. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aquidabã, v. 3, n. 1, p. 42-59, dez. 2011.

ORIGUELA, C. F. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 113-137, jan-jul. 2015.

OSORIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Tese (Doutorado) - Unesp, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, D. V. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período de 2000-2011**. 91 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, L. I. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa UMOE Bioenergy no município de Sandovalina (SP)**. 174 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2015.

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do banco mundial e o combate à pobreza rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, Clacso, 2013.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistências. 392 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2015.

ROUTLEDGE, P. Critical geopolitics and terrains of resistance. **Political Geography**, v. 17, n. 6/7. P. 509-531. 1996.

_____. Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks. **Royal geographical Society**, p. 333-349. 2003.

_____. Putting politics in its place: Balipal, India, as a terrain of resistance. **Political geography**, v. 11, n. 6. 1992.

_____. Space, mobility, and collective action: India's Naxalite movement. **Environment and Planning A**. v. 29, p. 2.165-2.189. 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. **Geografia em Questão**, M. Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **GeoGraphos**, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015.

_____. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. **GeoGraphos**, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

SOUZA, F. E. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás**: instrumento para a valorização d território do camponês? 380 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, M. L. A. Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Pres. Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009

SOUZA, R. S. R. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1999 a 2009**. 130 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA JUNIOR, X. S. S. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa – PB**. 360 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

TARROW, S. **Power in movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WAHREN, J. & SCHVARTZ, A. Disputas territoriales en el Valle del Intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

Recebido para publicação em 24 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 07 de julho de 2017.

Aceito para a publicação em 15 de setembro de 2017.